

LINGUAGEM E TEXTUALIZAÇÃO DA POLÊMICA SOBRE AS COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: O TEXTO INFORMATIVO *ON-LINE*

Geraldo José da SILVA (UEMS)

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar o fazer textual jornalístico do texto informativo na mídia eletrônica no que respeita à polêmica em torno do sistema de cotas nas IES públicas brasileiras. Investigamos como os locutores/jornalistas, numa tentativa de isenção, manipulam recursos lingüístico-discursivos na construção do texto informativo *on-line*. Balizamos-nos na perspectiva teórica da Lingüística Textual e consideramos a ótica interacionista de Bakhtin. A nossa análise centrou-se em textos em que pontos de vista favoráveis e contrários às cotas se presentificam numa mesma materialidade lingüística veiculados na *Folha de S. Paulo On-line*, no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005.

ABSTRACT: This work objectives to analyze the doing of journalistic informative literal electronic media text in which there is the controversy on the system of quotas in the Brazilian public IES. We investigate how the journalists, in an attempt to be impartial, manipulate discursive linguistic resources in the construction of the informative text on-line. We have as basis the theoretical perspective of the Literal Linguistics and we also consider the interactionist optics of Bakhtin. Our analysis was centered in texts, containing for and against points of view that are mixed up together in the same linguistic materiality propagated in the *Folha de S. Paulo On-line*, in the period of January of 2001 until September of 2005.

1. Introdução

A trajetória histórica do homem na sociedade é marcada por fatos que refletem sua visão de mundo. Com isso, ficam evidentes seus posicionamentos frente a questões de ordem sócio-política e cultural. Quando direitos fundamentais do homem são infringidos como o direito à vida, à educação, à cultura, à saúde, este mesmo homem se mobiliza no resgate destes direitos. Dessa forma, seu instrumento maior, a palavra, é a arma de que dispõe para se fazer ouvir e para fazer com que sejam reestabelecidos valores e direitos que lhe são fundamentais.

A questão da implementação do sistema de cotas nas universidades públicas no Brasil assumiu pauta relevante da vida política, social e cultural do país, principalmente de 2001 a 2005. Destacamos, nesse período, a grande conferência de Durban (2001) e a implantação do sistema de cotas em algumas IES públicas brasileiras o que acalorou as discussões em torno do tema. Os debates acerca da questão alimentaram a imprensa consideravelmente, justamente pela controvérsia que o assunto encerra.

Este artigo é fruto de uma análise maior constante em nossa dissertação de mestrado denominada “A construção do texto polêmico na mídia eletrônica: o sistema de cotas em questão” defendida em junho de 2006. Por uma questão metodológica, apresentamos apenas um texto do *corpus* analisado para demonstrar a recursividade lingüística utilizada pelo jornalista na composição da notícia

Utilizamos como critério de análise a estrutura do texto levando em conta sua composição super, macro e microestrutural, apontada por Van Dijk (1999), para observarmos como os recursos constitutivos da coerência global e local são usados para o registro das opiniões distintas sobre a questão e, também, consideramos a perspectiva sócio-interacionista de Bakhtin (2004), uma vez que, nessa perspectiva, a interação locutor-interlocutor constitui a razão do uso da linguagem e, por conseguinte, da produção textual – uma das formas de manifestação dos pontos de vista do indivíduo.

2. Fundamentação teórica

2.1 Linguagem e produção textual - uma perspectiva interacionista

A linguagem é uma atividade humana passível de adequação no tempo e no espaço, levando-se em conta o seu uso em determinada sociedade. Isso implica na noção de competência de produção e compreensão de enunciados e na habilidade do indivíduo na construção de sentenças apropriadas à situação. Dessa forma, é preciso ter clara a noção de adequação como: o quê, quando, com quem, onde e de que maneira falar. Garcez (1998) destaca a relevância que a experiência social com suas necessidades motivadoras traz no que se refere à aquisição da língua. Assim sendo, a língua promove a renovação da experiência comunicativa no contexto social num círculo infinito. Para a autora,

os modelos teóricos de linguagem que ultrapassam a visão idealista vêm abarcar as diversas funções da linguagem para dar conta do caráter social da conduta comunicativa, pois compreende-se que a língua é organizada e usada para lamentar, rejeitar, suplicar, advertir, persuadir, comandar, etc. (GARCEZ, 1998, p. 47).

Vê-se que a linguagem é uma competência de alta complexidade e sua mobilidade ancora sua utilidade e funcionamento quando da necessidade de comunicação em situações distintas. Vale lembrar que escrever não tem como objeto único o leitor particular ou real, mas as representações de leitor e de autor com as quais o autor gostaria de se identificar e, também, um conjunto de representações e de idéias mais complexo e difuso com o qual quer contribuir e ao qual pretende pertencer.

Somando a essa perspectiva, Benveniste (1991, p. 284 a 293) argumenta que a linguagem é um meio de comunicação complexo e eficaz entre os homens. Evidencia ainda que a condição de subjetividade é relevante para a comunicação lingüística. Destaca o autor que:

Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu. (...) A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso (BENVENISTE, 1991, p. 286).

Garcez (1998, p. 47) lembra que com os estudos de Austin (1962), Searle (1969), Benveniste (1970) e Ducrot (1972) a interação verbal e as relações coletivas e sociais, constitutivas dos jogos de linguagem passam a ser elementos fundamentais na conjugação e articulação da língua. Nessa acepção, a língua deixa de ser entendida apenas como um objeto imutável de memória coletiva e passa a ser concebida também como uma forma de ação, um modo de vida social, no qual a situação da enunciação e as condições discursivas são determinantes de sua função e, logo, de seu significado e de sua interpretação. A linguagem não é neutra em se tratando de enunciação, pois toma sentido em vários níveis e considera *o eu, o aqui e o agora* quando da sua efetivação e, além do mais, nela está presente uma rede de valores discursivos.

Em consonância com Garcez (1998), percebemos que dada à multiplicidade de recursos expressivos que a língua encerra, nenhum enunciado, isoladamente, é suficiente para termos uma interpretação unívoca. Ele depende de diversos contratos sociais como: situação, contexto, relação entre interlocutores, leis conversacionais e sistemas de referência para que se constitua como tal.

A linguagem como forma de interação implica uma visão dialógica do enunciado. Essa concepção ancora várias correntes e teorias como a Lingüística Textual, Teoria do Discurso, a Análise do Discurso, Análise da conversação, a Semântica Argumentativa e os estudos ligados à Pragmática.

Para a nossa pesquisa, elegemos a perspectiva interacionista sob a ótica de Bakhtin, considerando o processo de interação como o *locus* da linguagem e o processo constitutivo da enunciação daí advindo, o campo sócio formado pelos sujeitos nas relações de comunicação, nossa abordagem privilegia a visão dialógica entre os indivíduos na construção dos discursos.

Partindo da premissa de que o signo e a enunciação são de natureza social e que a ideologia é veiculada pela linguagem, vemos em Bakhtin (2004, p. 14-15) que a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios. Os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema. Para o autor, todo signo é ideológico e a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, portanto, a palavra é uma luta de classes. Assim, “o locutor pensa e se exprime, para um auditório social bem definido”.

Acrescenta o autor que:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros (BAKHTIN, 2004, p. 113).

A palavra deve ser o território comum do locutor e do interlocutor numa situação de uso imediato. Assim, num processo interativo da linguagem, o interlocutor determina o dizer do locutor, uma vez que o contexto social imediato serve de base para que a comunicabilidade se instaure. O autor, discorrendo sobre o discurso escrito, afirma que o “discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.”. (BAKHTIN, 2004, p. 123).

A materialidade da palavra como signo é concretizada na enunciação que, por sua vez, é determinada pelas relações sociais. Endoçando a premissa de que o signo seja arena da luta de classes e o caráter dialógico e ideológico do discurso, Barros (2003) afirma que

que uma única língua produz discursos ideologicamente opostos, pois classes sociais diferentes utilizam um mesmo sistema lingüístico. Nesse caso, deve-se reconhecer que os traços impressos na língua, a partir do uso discursivo, criam em seu interior choques e contradições que fazem Bakhtin afirmar que em todo signo se confrontam índices de valor contraditórios e que, em suma, ‘o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes’ (BARROS, 2003, p. 8).

O dialogismo do círculo de Bakhtin não prioriza o diálogo face a face, mas constitui uma teoria da dialogização interna do discurso através de uma reflexão multiforme, semiótica e literária. Nessa concepção, o que se tem é que as palavras são, sempre e inevitavelmente, “as palavras dos outros”. Authier-Revuz (1990, p. 27) destaca que “somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro. Nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada”.

Depreende-se daí que o discurso não é único, inédito, original mas que sempre dialoga com outros discursos “já ditos” e, assim, tece sua trama. Isso implica que o exterior é constitutivo de um enunciado, o que Bakhtin ressalta em seus estudos sobre a linguagem, principalmente no que concerne à relação locutor-alocutário.

Authier-Revuz (1990) afirma existir dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. A heterogeneidade constitutiva remete à presença do Outro, diluída no discurso, não como objeto, mas como presença integrada pelas palavras do outro, condição mesma do discurso, e o sujeito desaparece para dar espaço a um discurso-outro. Por outro lado, a heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. É uma negação que ocorre sob forma de denegação. As aspas, os parênteses, o itálico, são algumas formas de heterogeneidade mostrada marcada. Portanto, a enunciação implica a existência de um percurso marcado e de operações pelas quais um sujeito enunciadador, numa situação de enunciação, de ajustamento e de negociações prováveis, desejadas, proibidas ou tensas busca, no discurso, significar e construir sentidos.

Também sobre a heterogeneidade mostrada merece destacar o que Benites (2002) afirma:

Ao mostrar o fragmento discursivo inserido no seu, o locutor pode assumir duas posições: a primeira, denominada autonomia simples, consiste em apenas exibir esse fragmento como um objeto estranho, pela utilização de termos metalingüísticos, de diacríticos ou de outros mecanismos que marquem a delimitação do texto e o caráter pluriarticulado do discurso. Por outro lado, nos chamados casos de conotação autonímica, o locutor, ao mesmo tempo em que menciona o fragmento, faz uso dele, integrando-o à cadeia discursiva, num *continuum* estrutural (BENITES, 2002, p. 56).

Benites (2002, p. 57) esclarece que, na heterogeneidade mostrada, o discurso citado introduz um distanciamento muito variável entre o locutor citante e o locutor citado. O sentimento do locutor citante se apóia como um “não estou afirmando nada; estou apenas relatando o que o outro falante disse sobre o assunto”. Esse tipo de abordagem discursiva é muito comum no texto midiático, uma vez que o locutor

citante utiliza a voz do locutor citado como recurso para expor o fato podendo se aproximar ou não do dito por outrem. É sabido que no dizer jornalístico há que se buscar a objetividade, a imparcialidade e, assim, o locutor citante manipula o discurso sempre respaldado nesse paradigma de escritura midiática.

Como é possível perceber, a elaboração de um texto não envolve apenas os mecanismos da língua, de que nos servimos quando falamos ou escrevemos, mas também a análise de outros elementos que subjazem à fala ou à escrita do indivíduo. É preciso, ainda, levar em conta o contexto social, histórico, ideológico do produtor do texto, tendo como base a relação entre os interlocutores. No entanto, a unidade do texto depende não só dos fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo, mas também do material conceitual e lingüístico, o que envolve respectivamente as noções de coerência e coesão textuais. Um texto cujos argumentos sejam frágeis ou incompatíveis com o ponto de vista assumido não será capaz de convencer ou persuadir o interlocutor, apresentando, portanto, uma textualidade comprometida.

Dessa forma, o texto é resultante de uma atividade verbal de indivíduos atuantes que objetivam atingir um fim social, interativo e que, por meio de um jogo de linguagem, produzem sentido. A esse respeito, Koch e Travaglia (1999) autorizam nossas considerações, ao definirem texto como:

uma unidade lingüística concreta (perceptiva pela visão ou audição), que é tomado pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida independentemente de sua extensão (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 10).

2.2 O texto e a sua estrutura

Como nossa pesquisa centra-se na construção do texto midiático eletrônico no trato da polêmica sobre as cotas nas Universidades Públicas Brasileiras, achamos de grande valia o aporte teórico que Van Dijk (1999) nos fornece para tratarmos da leitura e análise dos textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo On-line*. Não pretendemos fazer um estudo aprofundado dos trabalhos de Van Dijk. Apenas utilizamos seus conceitos de super, macro e microestrutura para delimitar os níveis de estruturação textual que analisamos.

Esclarecemos ainda que os elementos nominados anteriormente não se excluem mas interagem, compondo o todo significativo do texto e do discurso. No entanto, cada um tem sua função e cabe ao produtor do texto manipular essas estruturas, pois está em jogo o plano semântico do discurso que envolve conhecimento geral e específico da linguagem, incluindo um modelo de ouvinte e seu conhecimento, motivações, ações passadas e intenções e contexto comunicativo. Portanto, sabedores de que um texto não é um amontoado de frases e que o mesmo deve ter uma lógica constitutiva e distributiva da mensagem que se queira veicular/transmitir, estratégias operacionais, considerando as modalidades textuais, contribuem, sobremaneira, para que o texto signifique e cumpra seu papel de informar o interlocutor. Vejamos, pois, o tripé conceitual proposto por Van Dijk (1999).

A primeira fase dos estudos de Van Dijk no que respeita a superestrutura surge no bojo dos estudos sobre gramática narrativa numa tentativa de uma lingüística transfrástica em que se intuía a construção de uma sintaxe textual que abrangesse todos os tipos de narrativa. Tal sintaxe deveria definir as categorias e as regras de uma narrativa, constituir uma semântica que explicasse as interpretações possíveis às regras e ter uma pragmática que desse conta da função e situação das formalizações.

A segunda fase dos trabalhos do autor holandês conceitua superestrutura como conhecimento relativo à configuração do texto, onde a idéia de estrutura profunda é vista como um esquema cognitivo que representa a forma de texto. Sua definição se inspira na definição de esquema de Bartlett (1932) e Rumelhart (1975) em que a superestrutura se define como uma estrutura cognitiva com variáveis hierarquizadas tidas como macrocategorias, equivalendo a categorias vazias, convencionadas socialmente.

Acrescenta, ainda, Bonini (2002) que a terceira fase na formulação conceitual de superestrutura data dos anos 80, ocasião em que Van Dijk (1990, 1992c apud BONINI, 2002) passa a estudar o texto noticioso vendo a superestrutura não só como forma textual mas também como conformação discursiva do texto. Assim, a superestrutura da notícia surge como organização textual determinada por um contexto interacional.

Diante das singulares contribuições dos autores arrolados, trazemos em nosso trabalho a noção de superestrutura textual análoga à tipologia de texto dada a regularidade esquemática que os textos eleitos por nós para a análise apresentam. Como nosso *corpus* é composto de textos jornalísticos classificados como reportagens e notas, achamos pertinente algumas informações sobre esses tipos de texto. Nesse aspecto

utilizaremos os aportes teóricos oferecidos por Eduardo Martins (1997, p. 254-255) e, também, os constantes no *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001, p. 24).

Ainda nos lembra Bahia (1990, p. 49) “que toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem”. Vê-se que a reportagem implica a forma de ver a notícia, o fato, podendo projetar a notícia, uma vez que, na reportagem, se permite a observância do fato sob diversos ângulos. O autor nos apresenta uma forma linear de construção da reportagem, a saber, título, primeiro parágrafo, cabeça ou *lead*, desenvolvimento da história, narrativa ou texto (BAHIA, 1990, p. 52).

Essa seqüência constitutiva da reportagem, praticamente idêntica a da notícia e a da nota, nos permite ver a ordem de sua estrutura formal, contribuindo, assim, para a sua classificação tipológica tal como mostra Van Dijk (1999) ao abordar a estratégia superestrutural do texto.

Para a nossa pesquisa, levamos em conta o título, o *lead* dos textos informativos e, também, a organização distribucional das proposições paragrafais como aspectos macroestruturais e o uso dos operadores argumentativos, construção interna dos parágrafos como aspectos microestruturais.

Além do título, outro elemento considerável na macroestrutura do texto narrativo jornalístico, especificamente a notícia e a reportagem, é o *lead*. Com o objetivo de despertar no leitor curiosidade e convocá-lo à leitura da notícia e/ou reportagem, o *lead* se constitui um elemento didático imprescindível ao chamamento do leitor para aquilo que está sendo posto em cena pelo locutor sobre determinado fato. Para tanto, o *lead* geralmente responde a questões principais em torno de um fato ou acontecimento, a saber, o quê, quem, quando, como, onde, por quê, sem que essa ordem seja fixa.

Logo, levando em conta a falta de tempo da vida moderna, o *lead* assume função conativa e, conforme o centro de interesse do leitor, a leitura total da reportagem terá maior ou menor êxito.

Ao considerar essa urgência temporal do leitor contemporâneo, muitas vezes usa-se o processo da pirâmide invertida na composição da notícia/reportagem. Essa forma de construção do texto jornalístico é elaborada a partir da parte mais importante, ou seja, do clímax do fato. Tudo isso para causar mais impacto no leitor, ao passo que, na pirâmide normal, linear, onde o acontecimento é seqüencial do tipo cronologicamente correto, é nos facilitado a leitura pela lógica distributiva da narrativa com começo, meio e fim. Por isso, Bahia (1990, p. 52) alerta que “o repórter constrói a história segundo um esquema de seleção por ordem de importância”.

Como terceiro elemento constitutivo da macroestrutura do texto jornalístico *on-line*, a organização distribucional dos parágrafos e/ou episódios também será levada em conta. Para tanto, balizados em Van Dijk (1999) aproximamos conceitualmente parágrafos de episódios. Para o autor:

De modo aproximado, os parágrafos ou episódios são caracterizados como seqüências coerentes de sentenças de um discurso, linguisticamente, marcadas quanto ao começo e/ou fim, e definidas, além disso, em termos de algum tipo de ‘unidade temática’ – por exemplo, em termos mesmos participantes, tempo, lugar, ou evento ou ação global (VAN DIJK, 1999, p. 99).

Esclarece o autor que “Um episódio é propriamente uma unidade semântica, enquanto um parágrafo é a manifestação superficial ou a expressão de tal episódio” (VAN DIJK, 1999, p. 100).

Vale lembrar que, na seqüenciação dos episódios/parágrafos, a presença significativa de marcadores de mudança é feita por frases nominais sentencialmente topificadas e/ou por complementadores de lugar ou tempo e, também, por conectivos. Todos esses elementos vão tecendo o todo textual em torno de sua macroestrutura o que nos faz ter a coerência global do texto.

Na perspectiva de organização estrutural do texto, merece também estudo os aspectos microestruturais que estão relacionados à coesão e/ou coerência local. Atendendo ao nosso objetivo analítico eleito para essa pesquisa no tocante à microestrutura textual, focamos, nesse nível: a) a composição paragrafal; b) os operadores argumentativos; e c) o discurso relatado.

Devido à importância de seus estudos sobre a estruturação paragrafal, permitimo-nos concentrar nossas considerações em Garcia (1992, p. 203-230), para avivarmos conceitos e informes sobre o parágrafo. Estruturalmente, o parágrafo é uma unidade composicional constituída por um ou mais de um período, desenvolvendo uma idéia central a que se agregam outras secundárias, logicamente relacionadas pelo sentido decorrente dela. Também tem a função de facilitar ao escritor a tarefa de isolar e depois ajuntar convenientemente as idéias principais da sua composição, permitindo ao leitor acompanhar os diferentes estágios do desenvolvimento do todo textual. Sua extensão é variável, podendo ser composto de uma ou duas linhas bem como ocupar uma página inteira. Sua estrutura, geralmente, se constitui de um tópico frasal e seu desenvolvimento. Esse tipo é tido como padrão, na ótica do autor.

Outro elemento que julgamos relevante na construção microestrutural do texto para demonstrar a polêmica é o grupo de operadores argumentativos. Sendo a língua fundamental na interação social, a argumentação possibilita ao homem avaliar, julgar, criticar, influenciar, convencer, expor sua intenção em relação ao outro.

Como se vê, a manifestação linear e lógica do texto por meio de palavras, de frases morfossintaticamente organizadas constitui a sua microestrutura. Portanto, podemos dizer que a estrutura interna dos períodos, dos parágrafos, dos enunciados e orações implica estratégias microestruturais. Logo, a escolha dos operadores argumentativos pelos locutores é fundamental não só para o estabelecimento da coesão interna dos parágrafos, como também para a manifestação dos pontos de vista distintos sobre a questão das cotas nas IES públicas brasileiras.

Além disso, temos o discurso relatado que se materializa nos enunciados com a instalação da polifonia de locutores. Ducrot (1987) destaca que a enunciação é entendida como uma ação que consiste em produzir um enunciado, isto é, dar a uma frase uma realização concreta. Menciona ainda que nas funções enunciativo-discursivas as figuras do locutor e do enunciador constituem o enunciado. Como em nosso trabalho, damos ênfase a figura do locutor, balizamos-nos em Ducrot (1987) que entende por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome EU e as outras marcas de primeira pessoa presentes no discurso. Vale lembrar que esse locutor, ser do discurso, é diferente do sujeito falante, empírico, real. Vê-se que o locutor fala, relata, ou seja, ele é dado como a fonte do discurso, podendo suas atitudes discursivas serem atribuídas a enunciadores dos quais se distancia ou se aproxima, dependendo da cena enunciativa posta em voga. O autor assevera que, em uma enunciação atribuída a um locutor, pode ocorrer outra enunciação atribuída a outro: é o caso do discurso relatado em estilo direto.

Vozes citante e citada constituem-se elementos para a expressão de pontos de vista sobre determinado assunto. Na linguagem jornalística esse procedimento discursivo é muito comum, visto que o jornalista trabalha com vozes sociais e sente a necessidade de manipular com astúcia as informações de forma que – utilizando recursos lingüísticos como os discursos indireto e direto – possa imprimir maior ou menor proximidade ao que está sendo relatado.

Para Maingueneau (1996), o discurso direto não é a reprodução “fiel” do discurso citado, constituindo o locutor uma espécie de gravador ideal. Na realidade, a particularidade do discurso é que um mesmo “sujeito falante” se apresenta como o “locutor” de sua enunciação, mas delega a responsabilidade da fala citada a um segundo “locutor”, o do discurso direto. A citação em discurso direto supõe a repetição do significante do discurso citado e conseqüentemente a dissociação entre as duas situações de enunciação, citante e citada. Ela provoca a coexistência de dois sistemas enunciativos autônomos: cada um deles conserva seu EU, seu TU, suas marcas dêiticas, suas marcas próprias de subjetividade, as aspas ou o travessão (na escrita), desempenhando o papel de fronteiras entre os dois regimes enunciativos.

Para Maingueneau (1997), os enunciados relatados em discurso direto são postos entre aspas para marcar sua alteridade; esta última, no entanto, já é claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado. As aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu “exterior”, um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que coloca fora do seu próprio espaço. O autor acrescenta que o locutor coloca aspas, por exemplo, para proteger-se antecipadamente de uma crítica do leitor, que, supostamente, espera um distanciamento frente à determinada palavra.

Outra forma de discurso relatado é o discurso indireto, que não reproduz as falas citadas, tais quais são ditas, mas as representam, incorporando no discurso o conteúdo do pensamento da voz citada. Geralmente as falas relatadas, via discurso indireto, aparecem sintaticamente sob forma de subordinação e são introduzidas por um verbo *dicendi* que orienta e, também, condiciona a interpretação.

Essas estratégias de relatar o discurso de outrem, tanto o discurso direto como o discurso indireto, não garantem a isenção e objetividade total pretendida pelo produtor do texto, principalmente na linguagem jornalística. Isso se deve à autonomia do jornalista no trato das vozes citante e citada, quando da produção dos enunciados pelos quais é responsável.

Finalmente, por tratarmos de discurso jornalístico, terreno fértil às vozes citante e citada, os verbos delocutivos também merecem ser levados em conta na análise de nosso *corpus*. Na linguagem jornalística esse tipo de verbo é parte do próprio discurso, visto que exerce a função de explicitar que a polifonia de locutores constitui *‘a priori’* a enunciação jornalística. Uma das suas funções é a neutralidade do jornalista frente ao que está sendo relatado.

De acordo com Charolles (1998, apud BENITES, 2002, p. 112), os verbos delocutivos, com exceção de **dizer** e **afirmar**, “aparentemente neutros”, veiculam sempre diversos pressupostos. Dessa forma, afirmar

que alguém *revelou* alguma coisa, realça o valor de verdade do enunciado; *repetir*, *replicar* e *concluir* implicam uma posição cronológica posterior a *dizer* ou *afirmar*, enquanto *reconhecer* ou *confessar* incide sobre o ponto de vista atribuído ao enunciador.

Como nosso *corpus* apresenta a maior incidência dos verbos *dizer* e *afirmar*, não nos deteremos em explicações pormenorizadas a propósito dos demais verbos delocutivos.

Frente ao exposto, respeitando a complexidade que a abordagem nos oferece, temos como suporte teórico principal para a abordagem estrutural do texto, os conceitos de Van Dijk (1999) elegendo as categorias analíticas centradas nas estratégias de superestrutura enfatizando, no nosso caso, a tipologia dos textos informativos de nosso *corpus*; já com relação à macroestrutura, trabalharemos a questão da coerência global, ou seja, o título, *lead*, e sua expansão ao longo do texto e, por fim, a microestrutura abordando aspectos lineares da construção sentencial, operadores argumentativos e um olhar específico para o fenômeno do discurso relatado no trato da questão polêmica já nominada.

Deprendemos em Fiorin (1997, p. 41-42) que, no jogo discursivo, o discurso é a materialização das formações ideológicas e determinado por elas, já o texto é um lugar de manipulação consciente em que o homem organiza os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso. Vemos que os discursos têm função citativa, heterogênea segundo Authier-Revuz, pois sempre retomam ou estão para outros discursos considerando as formações ideológicas as quais se filiam.

Para Maingueneau (1997), tomar um discurso à parte, considerá-lo como adversário, responder a um ataque são gestos que têm conseqüências consideráveis e não podemos negligenciar sua eficácia. Há que se considerar dois níveis de apreensão: o dialogismo constitutivo e o dialogismo mostrado, do qual o diálogo polêmico seria uma das modalidades. As controvérsias giram em torno de alguns pontos, deixando na sombra zonas imensas. Os assuntos de controvérsia são previamente levantados em dois domínios: as zonas que já foram objeto de ataques e aquelas que ainda não foram debatidas. No primeiro domínio, o discurso filtra, entre os enunciados contra ele dirigidos, os temas aos quais lhe parece impossível não responder; no segundo, ele mesmo define pontos que, no conjunto dos textos do adversário, lhe parecem importantes. Com isso, no discurso não é a palavra que importa, mas sim a maneira como é explorada. Em uma polêmica, todas as dimensões da discursividade podem estar implicadas. A polêmica não se instaura de imediato. O exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. A esse respeito Maingueneau (1997) argumenta que:

A polêmica supõe um contrato entre os adversários e, com ele, a idéia de que existe um código transcendente, reconhecido pelos membros do campo (os protagonistas do debate bem como o público) o que permite decidir entre o justo e o injusto. Que se trate de bom senso, de partido, de justiça, do interesse do país, etc., deve existir um referencial comum que legitime a figura de algum tribunal supremo (MAINGUENEAU, 1997, p. 125).

Ao abordar a propriedade fundamental da linguagem, a heterogeneidade constitutiva, Fiorin (1997) afirma que os textos têm a propriedade intrínseca de se constituir a partir de outros textos. Isso faz com que todo texto seja atravessado, ocupado, habitado pelo discurso do outro. Na visão do autor, um texto remete a duas concepções diferentes: aquela que ele defende e aquela em oposição à qual ele se constrói. No texto ressoam duas vozes, dois pontos de vista, ou seja, sob as palavras de um discurso, há outras palavras, outros discursos, outro ponto de vista social. Exemplifica o autor:

Quando lemos um texto a favor da abolição da escravatura, percebemos que ele só pode ter surgido numa formação social em que há discursos a favor da escravatura; um discurso anti-racista só pode constituir-se numa sociedade em que existe um discurso racista; um discurso feminista só pode ser gerado num tempo em que existe um discurso machista (FIORIN, 1997, p. 30).

2.3 Linguagem jornalística: características gerais

Não é novidade que o jornalismo se propõe a processar informações em escala industrial e para consumo imediato. Para isso, o texto jornalístico está sempre submetido a um crivo de profissionais habilitados para fazer a crítica e os ajustes no texto. De acordo com Lage (1997), a linguagem jornalística é mais rápida, sucinta e adaptável aos objetivos, levando-se em conta o modo e as condições de produção. Há uma preocupação voltada ao registro formal da língua, próprio da modalidade escrita padrão. Quanto ao processo de comunicação, segundo o autor, a comunicação jornalística é referencial, prevalecendo o uso da 3ª pessoa e a impessoalidade.

Relativizando a idéia de Lage (1997), acerca da referencialidade e objetividade jornalística, Rossi (1994) alerta que a objetividade total é impossível, uma vez que o jornalista carrega consigo toda uma formação cultural e política que, de alguma forma, compõe o seu olhar sobre o fato. Mesmo assim, a objetividade continua sendo um dos principais parâmetros na linha editorial dos principais veículos de comunicação do Brasil. Conclui o autor que “nesta busca impossível, introduziu-se a lei do ouvir os dois lados, partindo-se do pressuposto de que, freqüentemente, há dois lados opostos numa mesma história” (ROSSI, 1994, p. 11). Acrescenta o autor que a questão central do jornal é o **por que**, e isso exige uma investigação mais profunda sobre os antecedentes e as conseqüências do fato e/ou tema tratado. Com isso, fica-nos a premissa de que o jornalista, ao relatar os fatos, deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse.

Ainda sobre objetividade, reza o *Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (2001) que:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível (NMR, 2001, p. 45, grifo nosso).

Como vimos, o próprio *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* admite a não existência da objetividade total no fazer jornalístico uma vez que o jornalista traz consigo um lastro cultural, político e ideológico que, de alguma forma, se presentifica no que escreve. No entanto, nesse mesmo manual reza que o jornalista deve ser o mais objetivo possível.

Benites (2002, p. 12) argumenta que o jornal exerce uma função política, mediante a utilização de dispositivos sutis, entre os quais contam: a apresentação, em tom aparentemente imparcial, de fatos positivos ou negativos a respeito de idéias, de instituições ou de indivíduos; a ordenação hierárquica das notícias; a supressão de uma matéria ou sua inserção truncada; a escolha do trecho de um discurso a ser relatado e a forma como se dá esse relato.

Entendemos que o jornal, seguindo as orientações editoriais, se faculta otimizar recursos lingüísticos para que essa “objetividade” seja registrada ao editar uma matéria. No discurso relatado, vozes sociais se manifestam e, assim, o jornalista manipula a voz citante e a voz citada para que se distancie ou se aproxime do dito por outrem no discurso jornalístico. Logo, recursos como verbos indicadores de elocução como *afirmar* e *dizer* e uso de aspas são utilizados como marcas de objetividade e/ou imparcialidade, pois, garantem ao jornalista o pressuposto de que “não sou eu quem diz, mas sim o outro”.

Podemos inferir que o jornal “manipula” seu leitor que, seduzido, se sente informado acerca da realidade e chega a se incluir nessa dada realidade. Sendo assim, o jornal assume uma postura de conhecedor e transmissor de “verdades” que são tidas como simulacros de realidade.

Frente ao exposto, há que se considerar o poder da mídia na sociedade. Muitas vezes, uma imprensa sensacionalista, usando os apelos em manchetes de efeito, pode contribuir para a alienação e/ou gerar tensões. Portanto, de acordo com a ótica de Marcondes Filho (1989), podemos pensar que um fato pode se tornar mais ou menos noticioso segundo a perspectiva de quem o manipula, considerando, também, implicações de ordem política e ideológica. O autor argumenta ainda que:

Em síntese, a orientação mercadológica no jornalismo (como em outras atividades culturais e políticas) significa praticamente um puro ‘correr atrás do que está na notícia’ (se possível, até mesmo produzir artificialmente a moda). Do ponto de vista teórico e político, trate-se de oportunismo e populismo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 37).

2.4 O Jornalismo *on-line* na *Folha de S.Paulo*

É indiscutível o valor e a presença da internet no mundo atual. Tanto empresas como escolas e cidadãos comuns têm-na como uma grande aliada para mobilidade e rapidez processual de dados, pesquisas e informações gerais e específicas nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Além desses serviços, há também várias atividades de entretenimento como chats, jogos e novelas virtuais *on-line*. Logo a interatividade é uma realidade que está em evidência no mundo virtual. Dentre as várias opções que o ciberespaço oportuniza ao indivíduo, nos atemos aqui ao campo do jornalismo por conta do nosso foco de pesquisa.

Considerando as mudanças sócio-político-culturais e históricas do nosso tempo, vemos que o registro da realidade humana – via mídia eletrônica – é uma necessidade vital, pois deve acompanhar os avanços tecnológicos desenvolvidos pelo próprio homem frente aos desafios que lhe são postos na sociedade em que está inserido.

Novas exigências técnico-profissionais na área de comunicação nos mais diversos meios de divulgação têm sido uma realidade de nosso tempo. A era eletrônica toma fôlego e, com isso, a informação passa a ser praticamente instantânea. Diante dessa realidade, inúmeras agências de notícias *on-line* se proliferam e a necessidade de os profissionais, principalmente os jornalistas, se atualizarem é mister no campo midiático. A busca pela informação precisa e concisa continua sendo uma das incumbências desses profissionais e o apuro dos informes deve ser rigoroso visto que o imediatismo muitas vezes pode provocar enganos. A esse respeito, o MRFSP (2001, p. 26) reza que

Para obter informações exclusivas, o jornalista deve estar atento aos fatos em geral, procurar se informar da melhor maneira possível, ler variados tipos de publicação e sobretudo cultivar fontes em sua área de atuação. Estas fornecerão ao jornalista informações contínuas e fundamentadas, que, no entanto, precisam ser apuradas e confirmadas. O apuro técnico, a credibilidade e a constância do trabalho do jornalista tornarão sua relação com as fontes mais firme e operante.

Levando em conta o exposto, vemos, em nosso *corpus*, reportagens que são disponibilizadas já nas primeiras horas do dia, o que justifica a atenção do jornalista na observância e no trato dos assuntos que se transformam em notícias.

A seriedade do jornal a *Folha de S.Paulo* foi um dos quesitos que nos levou a elegê-lo como fonte para a escolha do *corpus* de análise. Este jornal assume posição de destaque na mídia nacional e é considerado um dos maiores jornais do país. Assim, o objeto de nossa pesquisa, textos que tratam do sistema de cotas nas IES públicas no Brasil, é trazido com propriedade no período delimitado para composição do *corpus* que data de janeiro/2001 a setembro/2005.

Com um público leitor exigente e esclarecido, com alto padrão de renda e escolaridade, o jornal *Folha de S. Paulo* é uma referência de jornalismo no Brasil, tanto no Estado de São Paulo como em todo território brasileiro. Este jornal trata de assuntos de relevância para a vida nacional, apresentando análise sócio-histórico-política de temas polêmicos.

Para Manta (2005), a entrada de jornais e revistas na internet inaugura um novo veículo de comunicação que reúne características de todas as outras mídias e que tem como suporte as redes mundiais de computadores. O jornalismo digital representa uma revolução no modelo de produção e distribuição das notícias. Com isso, nota-se que, enquanto no jornal impresso a localização da matéria indica sua relevância, no jornal digital, ela é distribuída separadamente em páginas eletrônicas ou agrupadas por editoria. Assim, tem-se a possibilidade de encontrar com maior rapidez aquilo que interessa ao leitor. Ainda sobre essa questão temporal no jornal *on-line*, Franciscatto (2004, p. 19) argumenta que “a atualização dos conteúdos rompe a periodicidade diária e pode ser aplicado dentro de intervalos de tempo bastante reduzidos, praticamente de forma contínua”.

O jornalismo *on-line* pressupõe um leitor que esteja constantemente interagindo com a máquina de forma que possa se atualizar no que se refere às informações que são atualizadas no decorrer do dia. Esse uso instantâneo da informação disponibilizada na internet constitui um grau de efemeridade da notícia justamente pelo fato do processo de atualização dos informes. Por vezes, um mesmo assunto, acrescido de uma ou outra informação torna a informação anterior já velha. Vê-se que há uma produção contínua da notícia implicando uma gama de pessoas envolvidas com situações, eventos, temas ou cobertura de grandes debates, seminários. Conforme o desenrolar dos fatos/acontecimentos, isto é passado para a rede e, em

pouco tempo, quase que instantaneamente, já está à disposição do leitor plugado. A esse respeito, Franciscatto (2004) argumenta que:

A produção de notícias em tempo real sob um ritmo de articulação contínua é um dilema particular para jornalistas, pois este modelo impõe, às novas redações jornalísticas, uma produção que se baseia na disponibilização de um maior número de notícias para dar idéia de continuidade de fluxo. Assim, compete ao jornalista multiplicar a sua produção, mesmo que ao custo de fragmentar a notícia em diversos relatos sucessivos (FRANCISCATTO, 2004, p. 34).

Essa característica do jornalismo *on-line*, a não-linearidade, difere do jornalismo impresso que, por formatação, tempo de impressão, distribuição e venda, segue uma periodicidade linear para chegar até o leitor. A questão temporal na mídia *on-line* é uma de suas marcas mais relevantes nesse tipo de jornalismo. Tanto é que logo nas primeiras horas do dia já se tem notícias disponíveis *on-line*, com marcações do tipo “Última atualização às 16h45min”.

3. Análise do corpus

Para o artigo em tela, elegemos o texto “Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro”, de Carla Nascimento, da *Folha Online*, veiculado em 01/05/2002 – 21h30, para análise dos aspectos super, macro e microestruturais, objetos da pesquisa realizada.

Anexo 13 - T.03/02 “Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro” 01/05/2002 - 21h30 CARLA NASCIMENTO da Folha Online

A discussão sobre a política de cotas nas universidades para negros, realizado hoje na arena de debates montada no estande das editoras universitárias, transpôs para a Bienal do Livro um tema que tem gerado muita polêmica: esta política acirra o preconceito contra os negros ou ajuda a reparar uma dívida da sociedade brasileira com relação a esta população?

Assim como em diversos fóruns de discussão que têm se formado para discutir a questão - desde que instituições como as universidades estaduais do Rio de Janeiro, alguns órgãos do Governo Federal e prefeituras adotaram o sistema -, as opiniões estiveram divididas entre os palestrantes e o público que participou do debate.

Para a professora Yvonne Maggie, diretora da editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do livro "Raça como Retórica", a principal preocupação em se adotar o sistema de cotas está no fato de se "ênfatisar a desigualdade no lugar da igualdade". Para Maggie, deve-se pensar duas vezes antes de aprovar este tipo de política.

"Esta é a primeira vez na história que o Brasil estabelece uma política onde se coloca claramente uma divisão entre negros, brancos e pardos. Não sabemos onde o efeito das cotas nos levará", disse a professora que chegou a citar a construção do nazismo em sua explanação.

Maggie também falou de sua preocupação com a "marca que o sistema de cotas oferecerá aos estudantes negros" e disse que o Brasil não deve tomar como exemplo os sistemas adotados nos EUA e na África do Sul.

A professora apontou como ideal que o número de vagas fosse ampliado, contemplando a negros e não negros, e que o país adotasse políticas públicas que não fossem racilmente neutras, ou seja, que também levassem em conta o problema racial.

Na outra ponta da discussão se posicionou o professor Marco Frenetti. Para ele, o sistema de cotas não é a solução ideal, mas é a única forma de atacar o problema no Brasil.

Frenetti alertou para o fato de o sistema não ter resolvido o problema nos EUA, mas disse que, em decorrência, foi formada uma classe média que traz benefícios para a população negra de uma forma geral.

O professor disse não acreditar que uma solução espontânea, sem a imposição de leis, seja possível e que a população negra no Brasil já vem esperando por muito tempo por políticas públicas que a levem em consideração.

Entre os benefícios apontados pelos palestrantes para adoção do sistema, Maggie disse que a "vantagem foi trazer o tema para discussão". Para Frenetti é a "visibilidade" que o negro passará a ter na sociedade.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u23524.shl> - acesso: 03/10/2005

3.1 Análise global de um exemplar dos textos do tipo “reportagem”

Superestruturalmente, temos uma reportagem por apresentar uma estrutura linear por meio de título, *lead* e corpo textual. Notamos também que há uma preocupação de se ouvir os diversos lados em torno da questão, característica típica desse tipo de texto informativo.

Macroestruturalmente, o título, logo de início, indica uma idéia de polemicidade marcada pelo uso do sintagma nominal “polêmica” anteposto pelo sintagma verbal “gera” o que prenuncia a controvérsia a ser discorrida no texto.

O *lead* está diluído nos parágrafos 1 e 2, situando e orientando o leitor. No segundo parágrafo a expressão *as opiniões estiveram divididas entre os palestrantes e o público que participou do debate* desempenha função conativa para a leitura dos pontos de vista distintos sobre as cotas. O locutor apresenta o ponto de vista contrário às cotas do terceiro ao sexto parágrafo e, em seguida, do sétimo ao nono, o ponto de vista favorável.

A distribuição paragrafaçal construída pelo locutor cria um torneio opinativo onde, de um lado, a professora Yvonne Maggie, diretora da editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defende tese contrária ao sistema de cotas e, de outro, o professor Marco Frenetti, para quem o sistema de cotas não é a solução ideal, mas é a única forma de atacar o problema no Brasil. Assim, ao mostrar os dois posicionamentos, o jornalista tenta garantir sua imparcialidade e objetividade diante da questão.

Após apresentar as divergências sobre o tema, o jornalista imprime, no décimo parágrafo, um equilíbrio no texto com a apresentação conclusiva. A polêmica gerou um ponto comum entre os palestrantes, sem que cada um mudasse de opinião, ou seja, o fato de a questão racial e adoção de cotas ter se tornado pauta das discussões da vida sócio-política do país. *Maggie disse que a ‘vantagem foi trazer o tema para discussão. Para Frenetti é a “visibilidade” que o negro passará a ter na sociedade.*

Estrategicamente, o jornalista conclui o texto apresentando pontos comuns dos palestrantes sobre a questão das cotas. Pelo que se vê, este recurso é mais uma alternativa de apresentar a polêmica na mídia *on-line* sem que tome partido em favor de um ou de outro. Fica explícita a tentativa de isenção do jornalista em relação à questão discutida.

Outro fator que julgamos pertinente abordar é o da relação título-*lead*-texto. O texto, por ser narrativo-expositivo, mantém uma logicidade temática. O desenvolvimento da matéria flui como uma expansão do título e, por conseguinte, do *lead*. Essa relação demonstra uma boa articulação da paragrafação do texto e, a partir daí, podemos inferir que o jogo argumentativo é apresentado ao leitor de forma criativa no que tange à organização estrutural da reportagem.

Microestruturalmente, destacamos o primeiro parágrafo como sendo um chamamento para a discussão posta e isto se faz pela estrutura interrogativa do enunciado. No segundo parágrafo, o modalizador *assim* além de retomar a polêmica mencionada no primeiro parágrafo, sugere expectativa ao leitor a respeito do que virá nos parágrafos subseqüentes. No quinto parágrafo, o elemento juntivo “também” desempenha função somativa a um ponto de vista contrário às cotas já declarado nos parágrafos 3 e 4. A expressão “Na outra ponta da discussão” no sétimo parágrafo introduz o ponto de vista oposto ao defendido no texto até então, ou seja, a idéia favorável às cotas registrada no posicionamento do professor Marco Frenetti.

No tocante ao uso do discurso relatado, percebemos que a jornalista utiliza tanto o discurso indireto como o discurso direto na construção do texto, procurando se isentar dos pontos de vista arrolados pelos palestrantes na Bienal.

4. Considerações finais

A nossa análise revelou que, mesmo utilizando do discurso relatado e seus recursos lingüísticos imbricados, o jornalista não atinge a objetividade pretendida, pois ao manipular as vozes citante e citada, de alguma forma se aproxima do dito por outrem. Fica-nos também que, na mídia eletrônica, os textos são mais curtos, precisos e a prática da pirâmide invertida é uma evidência, uma vez que, o fator tempo é primordial ao leitor. Percebemos que os aspectos estruturais apontados por Van Dijk (1999) foram totalmente plausíveis para a análise pretendida, visto que o texto informativo se modaliza esquematicamente em super, macro e microestruturas constituindo um todo textual. A articulação textual também contribuiu para a exposição do tema polêmico em questão. Vimos que o título, o *lead* e o desenvolvimento do texto foram estrategicamente elaborados para exposição da discussão temática abordada.

5. Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Lingüísticos*, v. 19, 1990, p. 25-42.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11 ed. Trad. M. Lahud e Y.E. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa. Dialogismo, polifonia e enunciação. In BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003

BENITES, Sonia. A. L. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Artes & Ciência, 2002.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4 ed. Campinas, SP: Pontes: UNICAMP, 1991.

BONINI, Adair. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis-SC: Insular, 2002.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas-SP: Contexto, 1997.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo Manual de Redação*. São Paulo, 2001

FRANCISCATTO, Carlos Eduardo. As novas configurações do jornalismo no suporte *on-line*.: *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. www.eptc.com.br. Vol. VI, n. 3, Sep.-Dec.2004.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta de Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas-SP: Pontes, 1997.
MANTA, André. *Guia de jornalismo na internet*. Disponível em:
<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/manta/guia/index.html> Acesso em 04 out.2005

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Bomlivro, 1989.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo*. São Paulo, 1997.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Geraldo José da. *A construção do texto polêmico na mídia eletrônica: o sistema de cotas em questão*. 2006. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras-Universidade Estadual de Maringá, Maringá,PR, 2006.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. Org. e apresentação de Ingedore Villaça Koch- 2.ed., São Paulo: Contexto, 1999.